

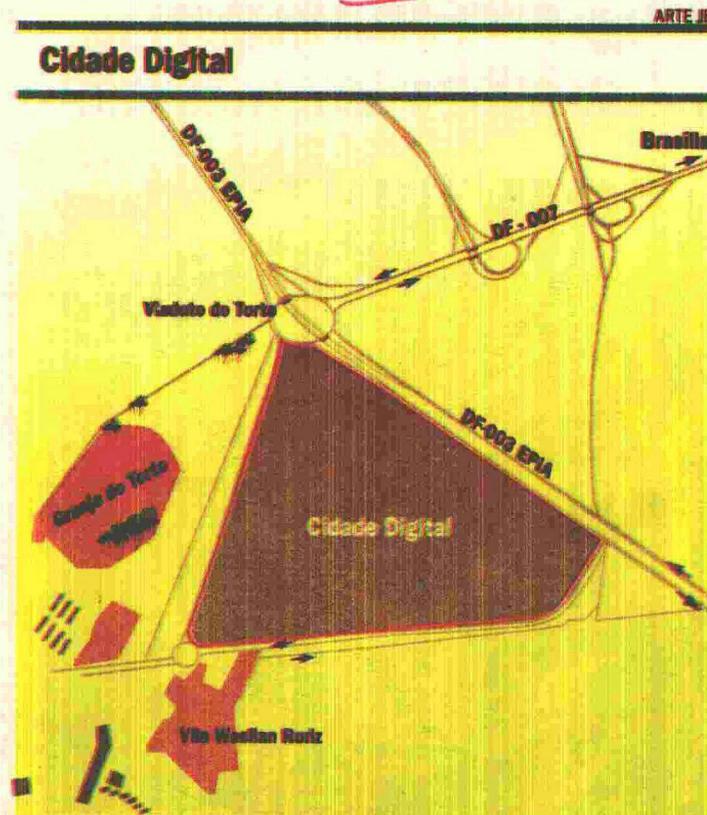
Avanço para a Cidade Digital

Eruza Rodrigues

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama-DF) concedeu ontem a Licença Prévia do Parque Capital Digital, localizado na EPIA DF 003, próximo à Granja do Torto. Válido por dois anos, o documento atesta a viabilidade do empreendimento e permite que o governo do Distrito Federal conclua os estudos para efetiva implantação do projeto. A Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) deverá entregar os papéis em um prazo projetado entre 60 e 90 dias.

— A licença não autoriza as obras de infra-estrutura nem a construção dos prédios. Permite somente a elaboração do projeto urbanístico — alertou o coordenador de licenciamento, Guilherme de Almeida, acrescentando que apenas o terreno 40 mil m² do Data Center do Banco do Brasil havia conseguido a autorização no início do mês de maio.

Antes de conseguir o sinal verde para começar o loteamento, a Terracap terá de cumprir 35 exigências, entre as quais preservar o lençol freático da região, respeitar o gabarito de, no



máximo, 12,10 metros de altura — o que equivale a dois andares — e implantar uma cortina verde entre a EPIA e os edifícios. Além disso, a licença proíbe que 57% da área, que corresponde a 123 hectares, seja edificada ou impermeabilizada.

— Por estar ao lado do Parque Nacional de Brasília, a área é sensível, fica perto de nascentes. Admite o parcelamento, desde que respeite essa condicionante — explicou o superintendente re-

gional do Ibama, Francisco Palhares.

O governo local promete cumprir as normas agora estabelecidas e a licença ambiental emitida pelo Ibama. Depois de entregar as propostas urbanísticas, a Terracap determinará o tamanho de cada área e fará o registro no cartório.

Segundo o secretário de Ciência e Tecnologia, Antônio Fábio Ribeiro, os terrenos terão entre 600 m² e 10 mil m². O número de lo-

tes, no entanto, ainda não foi definido. De qualquer forma, o projeto deve beneficiar cerca de mil empresas e criar 20 mil empregos diretos e indiretos.

— Vamos atender 50% da perspectiva inicial. O restante será atendido com o Parque de Microeletrônica e Semi-Condutores, que será implantado no bairro Taquari. — afirmou Ribeiro.

O acesso ao terreno será feito pelo Programa de Pro-

Licença não autoriza ainda as obras de infra-estrutura nem a construção dos futuros prédios

moção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável (Pró-DF). Estima-se que 80% a 90% das empresas locais sejam incluídas no Pró-DF. Além de estudar a possibilidade de conceder incentivos fiscais para os empresários do setor de tecnologia da informação, o GDF analisa ainda outra modalidade de aquisição: a licitação do direito de concessão real de uso por 30 anos, prorrogável pelo mesmo período. A forma que será adotada, de acordo com o secretário, dependerá da demanda.